



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 240/XII/4.<sup>a</sup> SL**

**31.março.2015 – 15h00**

Aos 31 dias do mês de março de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. [Petição n.º 476/XII/4<sup>a</sup> da iniciativa de Suzana Raquel Matias da Silva Batoca](#), “Pela sustentabilidade e dignificação do ensino artístico especializado”.**

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Ester Vargas – PSD

**5. [Projeto de Lei n.º 807/XII/4<sup>a</sup> \(PS\)](#) Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares**

- **Apreciação e votação do parecer da CECC**
- **Deputada autora do parecer:** Conceição Pereira - PSD

**6. [Projeto de Lei n.º 812/XII/4<sup>a</sup> \(PS\)](#) Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.**

- **Apresentação pelo autor da iniciativa (PS)**
- **Deputado autor do parecer:** Duarte Marques – PSD

**7. [Projeto de Resolução n.º 1313/XII/4<sup>a</sup> \(PCP\)](#) Pelo apoio ao Festival Internacional de Cinema de Troia**

- **Discussão em Comissão**

**8. Relatório da deslocação de membros da CECC, à 2<sup>a</sup> Conferência Europeia de Avaliação Tecnológica em Berlim de 25 a 27 de fevereiro de 2015**

- **Apreciação**

**9. Outros assuntos**

**10. Data da próxima reunião**

7 de abril de 2015

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

Na ausência do Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente, Deputado Acácio Pinto (PS).

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

## 2. Aprovação de ata

A ata n.º 239, relativa à reunião de 24 de março, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que baixaram à Comissão as iniciativas abaixo:

- Projeto de Resolução n.º 1373/XII (PSD), *que Recomenda ao Governo a definição de uma estratégia para o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens*, tendo o PSD solicitado a sua discussão no Plenário.
- Projeto de Lei n.º 832/XII (PS) - *Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional*. A apresentação pelo autor foi agendada para a reunião de 14 de abril e a apreciação do parecer para o dia 21 de abril, cabendo ao CDS-PP a indicação do autor do parecer.

3.2. Transmitiu que foram rececionados na Comissão os seguintes pedidos de audiência:

- Associações de Pais do Agrupamento de Escolas das Taipas (Guimarães), sobre a falta de professores de Educação Especial. Esta audiência foi encaminhada para o Grupo de Trabalho da Educação Especial, que a agendou para o dia 9 de abril, às 14h00.
- Ordem dos Médicos – Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas, sobre a legislação que se encontra em preparação relativa ao abuso sexual dos menores. Foi deliberado que a audiência será concedida em plenário de Comissão.

3.3. O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens fez uma breve síntese das propostas de celebração dos 20 anos do programa Parlamento dos Jovens, apresentadas pela Coordenadora do programa e já apreciadas pelo Grupo de Trabalho. Referiu-se ainda ao momento cultural das Sessões Nacionais, e à proposta de convidar o comediante e contador de histórias Jorge Serafim, no sentido de fazer um espetáculo em torno dos temas que estão em debate.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Odete João (PS), que propôs a inclusão, na brochura, das recomendações aprovadas nas Sessões Nacionais, o que mereceu concordância dos Deputados presentes.

Nesta sequência, todas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

3.4. Foi ainda apreciado o relatório da audição da subscritora da Petição n.º 468/XII, não se tendo registado qualquer observação sobre o mesmo.

3.5. O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) questionou o Sr. Presidente relativamente ao agendamento da audiência solicitada pela Associação Nacional de Agentes de Futebol (ANAF), sublinhando que o pedido referia duas temáticas distintas, e não apenas a relativa ao tráfico de menores.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que deveriam ser apreciados os dois assuntos na audição da ANAF, evitando a vinda dos seus representantes por duas vezes.

O Sr. Presidente transmitiu que a audição da Federação Portuguesa de Futebol se encontra agendada para o dia 8 de abril e que ficou consensualizado que as restantes audições aprovadas seriam agendadas para data posterior a esta, pelo que serão tomadas as devidas diligências.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) lamentou que não tenham sido ainda agendadas as restantes audições.

4. [Petição n.º 476/XII/4ª](#) da iniciativa de Suzana Raquel Matias da Silva Batoca, “Pela sustentabilidade e dignificação do ensino artístico especializado”.

O Sr. Presidente deu as boas-vindas aos peticionários - Suzana Silva Batoca, David Costa, Rui Paiva, Pedro Rovira, Catarina Sousa, Sílvia Sobral, Rui Nabais e António Tilly-, que apresentaram os fundamentos que presidiram à entrega da Petição e que, em suma, se apresentam:

- Têm-se registado atrasos sucessivos nos financiamentos às escolas do ensino artístico especializado, sendo que este ano atingiu proporções dramáticas para as instituições e seus profissionais, que estão, em média, com 3 a 5 meses de salários em atraso.
- Existem atualmente 116 academias e conservatórios de música e dança oficiais, sendo que 6 são escolas públicas, situadas em 5 concelhos do país, sendo as restantes escolas do ensino particular e cooperativo. Existem, atualmente, cerca de 50.000 crianças e jovens a frequentar a este tipo de ensino;
- O Estado celebra anualmente com estas escolas contratos de patrocínio e/ou protocolos de cofinanciamento público através dos Fundos Comunitários (POPH/POCH), de modo a custear, quase na íntegra, o seu funcionamento e a formação dos seus alunos;
- Estas escolas, particularmente fora das capitais de distrito, “sustentam a dinamização cultural das regiões em que se inserem, com reflexos muito apreciáveis na economia local;
- O financiamento relativo ao 1.º período do ano letivo de 2014-2015 está já resolvido ou em vias de resolução, sendo igualmente preocupante a situação relativa ao 1.º trimestre de 2015, visto que nem sequer foram pedidos esclarecimentos.

Assim, solicitam:

- A alteração da legislação, de forma a que os contratos de patrocínio público deixem de estar sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- A antecipação dos prazos de abertura e fecho das candidaturas ao financiamento e a definição de prazos de pagamento ao longo do ano;
- A garantia do Estado de que não voltarão a existir atrasos no financiamento ao ensino artístico especializado e de que, se tal se verificar, serão suspensas as obrigações das entidades em causa de realizarem os pagamentos à Tesouraria da Fazenda Pública e à Segurança Social.

Terminaram, reiterando a necessidade de se conhecerem as intenções do Governo sobre esta matéria, nomeadamente, sobre quem definirá o custo hora por aluno e qual será o seu valor.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Odete João (PS), que começou por sublinhar que a estabilidade e a confiança das instituições constituem uma mais valia para o seu funcionamento e considerou que estas escolas são hoje pólos de dinamização cultural nas regiões onde se inserem. Referiu-se às diligências tomadas pelo PS relativamente aos atrasos nos pagamentos, que constituem uma preocupação, por colocarem em causa a confiança, o valor do trabalho e a dignidade dos profissionais. Terminou, fazendo referência ao Projeto de Resolução apresentado pelo PS, com vista à regularização do financiamento a estas escolas, e rejeitado pelos partidos da maioria, e perguntou se a integração das escolas na rede é suficiente para garantir a estabilidade e o financiamento no próximo ano.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) destacou o contributo das escolas de ensino artístico para o serviço público de educação, considerando que o Estado deve cumprir com os seus compromissos de forma atempada. afirmou que os atrasos se deveram, em parte, ao envio dos processos para o Tribunal de Contas, e fez referência à Resolução aprovada na Assembleia da República, no sentido da criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos, manifestando ainda a sua disponibilidade para a alteração da legislação, caso seja necessário.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) lamentou que o Estado exija aos cidadãos que cumpram os seus compromissos quando o próprio não o faz. Considerou não existirem garantias de que o próximo ano vai funcionar bem e recordou que o PCP tem, desde 2009, apresentado propostas em sede do Orçamento do Estado, para que os vencimentos sejam pagos através do Orçamento do Estado e não do POPH, visto tratar-se de necessidades permanentes, não devendo estar sujeitas à volatilidade dos fundos. Terminou, saudando pela iniciativa e sublinhando que o investimento nesta área é muito reduzido.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) saudou os peticionários pela apresentação desta petição, considerando que esta é uma causa de cidadania, que o BE tem acompanhado de perto. Afirmou que o ensino privado e cooperativo presta um serviço público não concorrente com o ensino público e fez referências às exigências do BE, relativamente à assunção das dívidas às Finanças e à Segurança Social por parte do Estado e para o lançamento das novas candidaturas no primeiro trimestre do ano. Neste sentido, entende que as candidaturas deverão abrir nos próximos dias, o que, a não acontecer, provocará novos atrasos. Terminou, defendendo que as escolas deverão ter financiamento direto do Orçamento do Estado, até por uma questão de equidade.

A Sra. Deputada Ester Vargas (PSD) cumprimentou a delegação e começou por fazer alusão ao impacto das escolas do ensino artístico especializado a nível local e regional. Considerou fundamental dotar estas instituições das condições necessárias para o seu funcionamento, pelo que disse compreender as preocupações expostas, e fez referência à aprovação da Resolução da Assembleia da República sobre esta matéria, que vai ao encontro das pretensões apresentadas. Terminou, afirmando que o Ministro da Educação e Ciência foi sensível às reivindicações da comunidade escolar, tendo-se já disponibilizado para trabalhar na planificação, e considerou fundamental garantir a agilização do processo de abertura do próximo ano letivo.

Os peticionários reafirmaram ser incompreensível que as candidaturas sejam efetuadas em junho ou julho e que a transferência de verbas seja efetuada apenas em janeiro ou mais tarde, lembrando que nos últimos anos, os profissionais destas instituições não têm recebido vencimento de setembro a janeiro.

Consideraram ainda fundamental o apuramento real das circunstâncias, afirmando que os atrasos não são da responsabilidade do Tribunal de Contas, mas dos serviços do Ministério da Educação e Ciência que não instruíram bem os processos, o que implicou a sua devolução por diversas vezes. Reclamaram ainda que seja garantido o mesmo tipo de ensino para todas as crianças e jovens, independentemente da zona do país em que se encontram e chamaram a atenção para a importância da uniformização de procedimentos.

Terminaram, considerando asfixiante o atual modelo de financiamento e solicitando a intervenção dos Deputados, no sentido de serem efetuados os pagamentos referentes ao primeiro trimestre de 2015, de imediato, sem os habituais pedidos de esclarecimento, sob pena de receberem os vencimentos do primeiro trimestre apenas em final de maio.

A gravação da audição encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

**5. Projeto de Lei n.º 807/XII/4ª (PS)** Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Na ausência da Deputada autora do parecer, Conceição Pereira, o parecer foi apresentado pela Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**6. [Projeto de Lei n.º 812/XII/4ª \(PS\)](#)** Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o Projeto de Lei.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que disse compreender que o faseamento no pagamento das propinas pode significar algum alívio para as famílias e questionou o PS sobre se se prevê que o aluno bolsheiro tenha de pagar propina e, nesse caso, se se faz depender o seu pagamento do pagamento efetivo da bolsa.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) esclareceu que o Projeto de Lei em apreço não visa alterar o normativo relativo ao pagamento de bolsas, nomeadamente no que se refere à isenção dos alunos bolsheiros ao pagamento de propinas, introduzindo apenas a possibilidade do pagamento faseado das propinas e que este pagamento, pelos beneficiários de bolsas de ação social, só tenha lugar após o início do efetivo pagamento das bolsas.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**7. [Projeto de Resolução n.º 1313/XII/4ª \(PCP\)](#) Pelo apoio ao Festival Internacional de Cinema de Troia**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, a que se seguiram as intervenções dos Srs. Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Michael Seufert (CDS-PP).

A informação e a gravação áudio respeitantes à discussão da iniciativa encontram-se disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 1313/XII/4ª](#).

**8. Relatório da deslocação de membros da CECC, à 2ª Conferência Europeia de Avaliação Tecnológica em Berlim de 25 a 27 de fevereiro de 2015**

Procedeu-se à apreciação do relatório, tendo a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) referido que o mesmo foi articulado com o Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) e que a documentação relativa à Conferência se encontra disponível na respetiva página internet, mencionada no relatório.

**9. Outros assuntos**

**10. Data da próxima reunião**

7 de abril de 2015

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de março de 2015

**O VICE-PRESIDENTE**

**(Acácio Pinto)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Adelaide Canastro  
Ana Sofia Bettencourt  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Maria Ester Vargas  
Maria João Ávila  
Miguel Tiago

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Maria Conceição Pereira  
Nilza de Sena

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
João Prata  
Maria da Conceição Caldeira